

## INFORMATIVO - POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

Edição nº 013 - 26 de janeiro de 2012

### O PRAGMATISMO DA POLÍTICA EXTERNA DO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO DILMA

Por definição e tradição, a política externa brasileira é essencialmente uma diretriz de Estado, sendo esta uma das características necessárias para garantir credibilidade aos pleitos internacionais de um país. Na prática, cada governo consegue se diferenciar com relação à condução das ações no plano externo, seja pela configuração política e técnica do seu corpo dirigente, seja pela leitura que faz da relação entre o contexto internacional e o ambiente interno.

Assim, no Brasil, enquanto no último mandato de Lula o país destacou-se pelas suas posições de cunho majoritariamente político, o primeiro ano de Dilma no comando do Palácio do Planalto tem mostrado ao mundo um país mais pragmático. Essa diferença deve-se, principalmente, às consequências da atual crise econômica internacional, que teve como resposta a adoção, pelo país, de medidas voltadas para a área de defesa e de promoção comercial, que foram os principais instrumentos de ação do governo diante do atual cenário econômico mundial.

Enquanto nos últimos anos do Governo Lula a ação brasileira no âmbito da governança ambiental internacional era a que ganhava espaço na mídia nacional e internacional, em 2011, medidas na área da política comercial do país foram, e ainda são, o carro chefe do Governo. Assim, investimentos na capacitação do corpo diplomático brasileiro no campo de contenciosos, de defesa e de promoção comercial, elaboração de estudos sobre esses aspectos, bem como a adoção de medidas protecionistas deram o tom da política externa do primeiro ano do Governo Dilma.

Segundo pesquisa da Câmara de Comércio Internacional (CCI), o Brasil é o país com mais características protecionistas do G-20 e dos BRICS, além de ocupar a 68ª posição na lista dos países que mais favorecem o comércio externo, em um ranking das 75 maiores economias do mundo. Alguns relatórios internacionais apontam como preocupantes as medidas do governo brasileiro que suspenderam a concessão de licença automática para importações, a adoção da regra de preferência nacional nas licitações por órgãos públicos, o subsídio ao crédito para exportadores, a elevação de tarifas, e o aumento do IPI para automóveis importados. Além do mais, a União Europeia teme que, por iniciativa do Brasil, o MERCOSUL eleve a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco com o objetivo de proteger o mercado regional, o que pode complicar ainda mais as negociações comerciais entre os blocos.

A adoção de medidas protecionistas gera consequências tanto sob o aspecto interno quanto externo. No primeiro nível, a impressão geral é a de que faltam investimentos de longo prazo e preocupação com a construção de um projeto industrial sólido e minimamente autossuficiente. Desde que o setor industrial do país começou a ser desenvolvido efetivamente, a partir dos anos 50, o governo brasileiro acaba recorrendo periodicamente a práticas protecionistas como meio de incentivo à indústria nacional.

Por outro lado, há o argumento de que para o setor industrial brasileiro conseguir se desenvolver e se projetar internacionalmente, mostra-se necessária a adoção de certas medidas protecionistas com o intuito de garantir a competitividade dos produtos nacionais. Mesmo países desenvolvidos, como os Estados Unidos e os membros da União Europeia, adotam até hoje ações que privilegiam seus produtores em detrimento dos competidores internacionais.

Sob o aspecto da imagem internacional do país, a opção por este tipo de medida pode prejudicar a sua credibilidade, uma vez que este é autor de vários processos nos foros internacionais que questionam práticas semelhantes, tendo obtido sucesso em quase todos. Por enquanto, o governo brasileiro alega que toda ação nesta área foi desenvolvida respeitando tanto a legislação nacional e internacional, e como evidência utilizam-se do fato que nenhum país contestou oficialmente as medidas brasileiras.

Um cenário de crise econômica internacional em geral leva os governos a adotarem medidas que, em sua concepção, privilegiam o fortalecimento de suas respectivas economias. Essa postura acaba sendo adotada mesmo por aqueles que se encontram em uma situação relativamente mais confortável, como é o caso do Brasil. Desse modo, tanto o contexto internacional quanto a figura da presidente Dilma contribuíram para condução de uma política externa cujo objetivo principal é projetar o país comercialmente e torná-lo competitivo, mesmo que as custas da adoção de medidas protecionista criticadas por governos anteriores e pela comunidade internacional.

## DESTAQUES

### REBAIXAMENTO DOS TÍTULOS DO FUNDO EUROPEU DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

A agência internacional Standard&Poor's rebaixou nota de risco de crédito (rating) para os títulos emitidos pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF). Da qualificação máxima "AAA", o fundo passou a sustentar a segunda melhor nota "AA+". A agência também rebaixou os "ratings" de diversos países que compõe da zona do euro. Dos 17 países do bloco, nove tiveram suas "notas" rebaixadas, com destaque para algumas das maiores economias da região como França e Áustria.

A avaliação do rating é feita por empresas especializadas e agências de classificação de risco que opinam sobre a capacidade de um país saldar seus compromissos financeiros. De acordo com o presidente do FEEF, Klaus Regling, o Fundo possui meios para cumprir seus compromissos atuais, de modo que a capacidade de empréstimo não será afetada pela redução de nota.

### NOVA LISTA DE EXCEÇÃO À TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou a criação de uma nova lista de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. Com 100 novos produtos, a lista tem o objetivo de reduzir os desequilíbrios comerciais e os efeitos da crise econômica mundial. A proposta havia sido aprovada na última reunião de cúpula do Mercosul e, agora, ratificada pela CAMEX.

Além da lista de exceção à TEC já existente, composta também por 100 produtos, o novo mecanismo vai permitir o aumento temporário do imposto de importação. Para entrar em vigor, a medida precisa ser incorporada à legislação dos demais países do Mercosul. Além disso, a lista precisa ser submetida aos demais parceiros que têm até 15 dias para contestar.

Para viabilizar a elaboração da nova lista, a CAMEX constituiu o Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do Mercosul (GTAT-TEC). A CAMEX informou ainda que abrirá prazo para que o setor privado possa enviar seus pleitos para inclusão na nova lista.

### PESQUISA GLOBAL ANUAL DE CEO'S

A PricewaterhouseCoopers divulgou a 15ª Pesquisa Global Anual de CEOs a respeito da evolução da economia global. Foram consultadas 1.258 empresas em 60 países, das quais 43 eram brasileiras. Os Executivos brasileiros se revelaram mais pessimistas que a média mundial. Entre as empresas nacionais, 5% esperam que o cenário externo melhore nos próximos 12 meses, contra 15% na média global.

### ONU E BANCO MUNDIAL TRAÇAM PERSPECTIVAS PARA 2012

O cenário previsto para o Brasil nos próximos dois anos é de redução do crescimento e fluxo de capitais mais voláteis, segundo o relatório "Situação Econômica Mundial e Perspectivas 2012", produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU). O documento aponta que a desaceleração das economias norte-americana e europeia, além de uma possível queda acentuada no crescimento da China, podem frear o crescimento das exportações e reduzir o ingresso de capitais na América-Latina.

Na revisão de suas previsões, o Banco Mundial (BM) também alertou os países em desenvolvimento da necessidade de preparação para a possibilidade de forte desaceleração, redução no fluxo de capitais, desvalorização do mercado acionário, queda no preço das commodities e aumento do spread sobre a dívida soberana.

A despeito das perspectivas negativas para a região, para o Brasil ambos os relatórios apontaram a força do consumo interno e a estabilidade das instituições financeiras como aspectos positivos que devem ser mantidos para evitar maiores surpresas.

### RECORDE EM INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Segundo dados divulgados pelo Banco Central (BACEN), o Brasil recebeu o recorde de US\$ 66,660 bilhões em Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) em 2011, dos quais US\$ 6,645 bilhões apenas no mês de dezembro. A entrada desses recursos no ano passado é superior ao valor apresentado no ano de 2010 e a maior da série histórica iniciada em 1947. Apesar do valor recorde, os recursos não chegaram à marca de US\$ 70 bilhões estimada pelo diretor de Política Monetária do Ministério da Fazenda (MF), Aldo Luiz Mendes. Para 2012, o BACEN espera uma desaceleração do fluxo de IED, que deve ficar em torno de US\$ 50 bilhões.

## AGENDAS

**29 de fevereiro:** reunião da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

**31 de janeiro e 1º de fevereiro:** visita oficial da presidente Dilma Rousseff a Cuba.